



Feminismo e Movimentos de Mulheres

Carmen Silva
Sílvia Camurça

REIMPRESSÃO



edições
sos corpo



Feminismo e Movimentos de Mulheres

**Carmen Silva
Silvia Camurça**

REIMPRESSÃO



edições
sos corpo

Recife, 2010

Série Mulheres em Movimento

Feminismo e Movimento de Mulheres

Reimpressão

Carmen Silva e Silvia Camurça

Coordenação Editorial: Carmen Silva e Paula Andrade

Revisão: Valéria Andrade

Secretaria de produção: Fernanda Meira e Fátima Ferreira

Design gráfico: Faz Design

Apoio: União Européia, EED e Oxfam Novib

Tiragem: 1000 exemplares

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das idéias aqui expostas por todos os meios (conhecidos ou desconhecidos). Para cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593, Madalena – CEP 50610-000 – Recife-PE Brasil

Tel: +55 81 3087 2086 Fax: + 55 81 3445 1905

email: sos@soscorpo.org.br

www.soscorpo.org.br

Silva, Carmen

Feminismo e movimento de mulheres / Carmen Silva e Silvia Camurça.

Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia,
2010.

63p. - (Série Mulheres em Movimento, nº 1)

1. Feminismo. 2. Movimento de Mulheres. I. Camurça, Silvia.

Índice

1. Feminismo e movimentos sociais

- 6 *Movimentos e lutas sociais*
- 9 *Movimento feminista*
- 13 *Movimento de mulheres*
- 16 *Feminismo e o campo dos movimentos sociais*

2. Metodologia de ação feminista

- 20 *Elementos de um método de ação no feminismo*
- 26 *Feminismo e lutas sociais*
- 31 *Luta por direitos e incidência nas políticas públicas*
- 37 *Organizando a ação coletiva*
- 44 *Trabalho social com mulheres*

3. Feminismo nas organizações do movimento de mulheres

- 48 *A força da organização*
- 51 *Identidade e princípios organizativos feministas*
- 56 *Vida interna nas organizações de mulheres*
- 61 *Formação no movimento de mulheres*

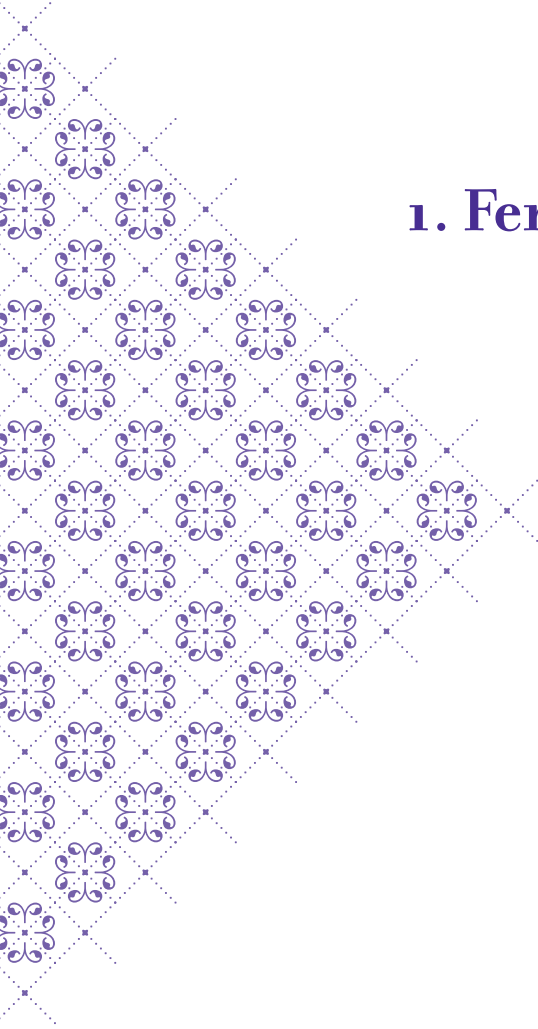
⌘ Apresentação ⌘

Qual a relação do feminismo com os outros movimentos sociais? Feminismo e movimento de mulheres são a mesma coisa ou são diferentes? Como podemos nos organizar e atuar no movimento feminista? Como podemos fortalecer as lutas feministas? Estas são algumas das questões que ouvimos de diversos grupos e movimentos de mulheres durante a nossa ação educativa no SOS Corpo ou na nossa militância política no movimento.

Esta publicação é uma forma de colocarmos em debate uma visão sobre os processos organizativos e as lutas do movimento feminista, tendo como foco os grupos populares de mulheres. Inicialmente, discutimos a relação entre feminismo e os outros movimentos sociais, refletindo brevemente sobre as lutas feministas, o movimento de mulheres e a articulação do campo político dos movimentos sociais. Na segunda parte, apresentamos uma proposta de metodologia de ação feminista, discutindo a ação coletiva, a organização das lutas frente ao Estado e à sociedade, a incidência política e o trabalho social realizado pelas organizações que compõem o

movimento. Por fim, concluimos com uma reflexão sobre as organizações de mulheres, a identidade e os princípios feministas, a vida cotidiana e a necessidade de formação política nos grupos e movimentos.

Cada uma das partes deste livro é composta de textos curtos, seguidos de questões que propomos para reflexão, de modo a estimular o pensamento crítico e a criatividade nas militantes dos movimentos de mulheres. Nosso objetivo é seguir aprofundando este debate nos grupos, articulações, fóruns e movimentos que constroem o feminismo, a partir das reflexões de cada uma das participantes deste movimento e das nossas lutas cotidianas.



1. Feminismo e Movimentos Sociais

Movimentos e Lutas Sociais

Os movimentos não surgem por acaso, eles nascem das lutas sociais. As lutas sociais acontecem quando grupos de pessoas que enfrentam situações de injustiça, dominação ou exploração atuam coletivamente com o propósito de mudar esta situação num determinado contexto.

Com as lutas sociais fazemos com que um problema que não é visto pela maioria, ou mesmo que é visto como sendo particular, se torne um problema visto por muita gente, e, mais importante ainda, passe a ser considerado uma injustiça. Ou seja, é no processo das lutas sociais que formulamos uma situação como problemática, fazemos a denúncia do quão injusto revela-se este problema, demonstramos que este problema não é uma situação natural, é algo produzido pelas relações sociais, provocamos a indignação frente ao problema e aglutinamos a força desta indignação das pessoas para construir ou apoiar a luta política para enfrentar o problema.

As lutas sociais são muito importantes para a constituição dos movimentos sociais, mas é importante saber que os movimentos sociais são muito mais que a soma de suas lutas. Eles são um processo contínuo de ações coletivas com algumas características que lhes são próprias: são ações de longa duração, feitas para resistir ou transformar uma situação econômica, cultural ou política e envolvem uma grande quantidade de pessoas que passam a atuar juntas durante muito tempo e de forma organizada, ou seja, realizam ações coletivas deliberadas e planejadas.

A força dos movimentos sociais está na sua capacidade de explicar o problema ou situação que se quer enfrentar, de provar com argumentos que esta situação é injusta, de mobilizar muita gente e realizar ações coletivas para tornar este problema público, ou seja, difundir largamente a idéia de

que ele – este problema – tem que ser enfrentado pelo Estado e/ou pela sociedade.

As mobilizações são ações coletivas que os movimentos fazem em torno de suas lutas. Servem para apresentar reivindicações, exigir direitos, e às vezes para expressar um modo de ser ou protestar contra alguma situação ou política. A ação dos movimentos sociais se faz tanto frente ao Estado, seus governos e outros poderes constituídos, como frente à sociedade, pois estes movimentos não apenas têm demandas para políticas públicas, também pretendem mudar o modo de pensar e a maneira como o mundo está organizado.

À medida que os movimentos avançam em sua organização, formulam seus objetivos de forma mais explícita e muitas vezes constroem um projeto político para a sociedade abraçando diversas lutas sociais.

Para refletir e debater

1. Que movimentos sociais vocês conhecem? Quais são suas principais lutas?
2. Que relação existe entre os diferentes movimentos sociais na sua área de atuação? Esta área pode ser geográfica – o seu bairro ou município; ou temática – a questão social que você está envolvida.
3. Como podemos contribuir para aumentar a força dos nossos movimentos?

Movimento feminista

A palavra feminismo tem origem francesa e vem da palavra **femme**, que em francês significa mulher. Feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. Hoje o feminismo é, entretanto, mais que isto. O feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida.

Como uma linha de pensamento, ou seja, uma perspectiva teórica, o feminismo procura explicar a situação das mulheres e elabora continuamente a crítica e a denúncia da injustiça da sociedade patriarcal, é uma teoria aberta e em permanente construção. Como atitude, o feminismo é uma postura cotidiana assumida por cada mulher diante da sua própria vida ao não aceitar ser o 'tipo de mulher' que a sociedade impõe que ela seja.

Em sua dimensão organizativa, o feminismo é a movimentação das mulheres na sociedade para fazer a luta por direitos, por mudanças, por igualdade,

por justiça. Entretanto, a igualdade e a justiça que a gente quer não são possíveis nesta sociedade patriarcal, capitalista e racista. É preciso transformá-la. Por isto dizemos que o feminismo é um movimento que confronta o sistema de dominação e propõe a transformação social, pois quer transformar a vida das mulheres e toda a sociedade.

Como movimento social, o feminismo congrega muitas experiências de auto-organização das mulheres: grupos de bairros, grupos setoriais de mulheres de partidos, secretarias de mulheres de centrais sindicais e sindicatos, centros de estudos e pesquisas, núcleos de educação e formação feminista, ONGs, fóruns, redes, articulações e movimentos. Ou seja, são parte do feminismo todas as formas organizativas criadas pelas mulheres para serem instrumentos de sua luta contra a dominação, exploração e opressão. Participam também do

feminismo mulheres que não estão em nenhum destes tipos de grupos, mas que, no seu trabalho profissional, na sua militância nos movimentos sociais e partidos, como também na sua vida cotidiana assumem a identidade política feminista, elaboram e se pautam por posições feministas.

O feminismo é um movimento plural, dentro do qual convivem em conflito e, muitas vezes, em aliança, diferentes 'expressões', entre outras, o feminismo negro; o feminismo lésbico; o feminismo sindical; o feminismo indígena; o feminismo popular, o feminismo acadêmico. Algumas destas expressões se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras configuram apenas um espaço de atuação. Seja como for, todas elas são perpassadas por correntes políticas, algumas de tendência liberal e outras que se inserem no campo de esquerda. As várias correntes dentro

destes campos políticos se articulam no interior do movimento. Mas, nem sempre estas divergências se expressam de forma nítida, porque não existem muitos momentos fortes nos quais os debates aconteçam de forma explícita e contundente. Muitas vezes, as organizações atuam no movimento e defendem posições sem levar em conta estas divergências ou sem perceber que diferentes propostas tem a ver com concepções políticas diferentes.

Além dos diferentes modos de organização, das diversas expressões e das diversas correntes políticas, existem também no feminismo as diferentes visões teóricas que sustentam os diversos posicionamentos políticos. Isso quer dizer que a teoria feminista não é um 'pensamento único'. Por isso é muito importante construirmos espaços de estudos e de aprofundamento dos debates sobre as posições teóricas e políticas.

Se no feminismo existem tantas diferenças internas, o que nos unifica? Na verdade, o que nos une são nossas lutas por liberdade, igualdade e autonomia para todas as mulheres. Daí a importância de explicitarmos nossas divergências e encontrarmos meios democráticos de superá-las, convivendo bem com nossas diferenças internas, enfrentando nossos conflitos com generosidade, e gerando acordos políticos em torno de algumas causas que nos mobilizem e consigam agregar muitas mulheres e o apoio de outros movimentos sociais.

Para refletir e debater

1. Quais são as diferenças e divergências que vocês conhecem no movimento feminista?
2. O movimento ou a organização de que vocês fazem parte define-se como feminista ou não? Por quê?
3. O que lhes agrada e atrai no feminismo? Do que vocês não gostam no feminismo?

Movimento de mulheres

Um debate sempre recorrente no movimento é a relação entre feminismo e movimento de mulheres. Para algumas pessoas, estes dois espaços são distintos, frente aos quais devemos nos posicionar e decidir participar de um ou outro. Para outras, entre as quais nos incluímos, o feminismo é um movimento criado, conduzido e sustentado por mulheres, é um movimento de mulheres e, portanto, é parte do movimento de mulheres em geral. Assim, o movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é construído por ele. Um alimenta o outro.

Para lutar contra a desigualdade de gênero, contra a exploração e opressão das mulheres, o movimento de mulheres colhe os princípios organizativos, a teoria explicativa da sociedade e o projeto político formulados a partir do feminismo. Quando se apropriam destes elementos, os movimentos de mulheres passam a usá-los criticamente e com isto constroem e transformam continuamente seu próprio movimento, contribuem com novas reflexões e novas experiências a partir das quais novas pautas

de lutas são instituídas, enriquecendo o próprio feminismo.

É por isto mesmo que há quem pense que todo movimento de mulheres é feminista, uma vez que as mulheres fazem luta por direitos para as mulheres. Entretanto, nem todas as organizações do movimento de mulheres definem-se como parte do movimento feminista. Sabemos que há mulheres em todos os movimentos sociais, mas nem todos os movimentos sociais enfrentam os problemas da situação das mulheres. Também nem todas as mulheres refletem sobre a situação de dominação e exploração que nós vivemos. Por isto, nem todas apóiam as causas feministas.

Assim, embora, sejamos todas mulheres lutando pelas mulheres, o que nos faz a todas, em certo sentido, feministas, existe ainda muito desconhecimento,

algumas desconfianças e posições anti-feministas dentro do próprio movimento de mulheres. Por isto, tende-se a considerar o feminismo como parte do movimento de mulheres, mas não como sendo a mesma coisa. São feministas aquelas mulheres e organizações que se definam assim.

Para refletir e debater

1. Quais são as lutas do movimento feminista e do movimento de mulheres que vocês conhecem? Estas lutas são isoladas ou articuladas?
2. Vocês acham que todas as lutas das mulheres são lutas feministas? Por quê?

Feminismo e o campo dos movimentos sociais

Cada movimento tem sua própria causa, seu projeto político, sua forma de enfrentar os problemas. Mas aqueles que lutam por direitos, que querem construir um mundo de justiça e democracia, estão todos no mesmo barco, fazem parte do campo político dos que lutam pela transformação da sociedade.

Campo político é o conceito usado para definir um grupo de movimentos e organizações que estão e se colocam de um mesmo lado da disputa política e, portanto, constroem uma força comum. Os movimentos sociais do campo democrático popular estão do lado dos que querem mudanças profundas, querem uma sociedade justa e democrática, com novas relações sociais, com outra economia, justa e solidária, com outra cultura, democrática e libertária, com outras instituições, não opressivas, com outra relação com a natureza, igualdade e liberdade nas relações interpessoais, pessoas livres e autônomas, povos soberanos, o fim da pobreza e da concentração de renda, e direitos iguais para todos e todas.

Os movimentos sociais do campo democrático e popular possuem suas próprias organizações, alguns possuem vários tipos de organizações: umas se chamam movimentos, outras redes, cooperativas, grupos de base, enfim, há uma enorme diversidade de organizações dentro dos movimentos sociais.

Alguns movimentos conseguem fazer grandes mobilizações nacionais e negociar políticas nacionais com os governos. Outros têm organizações locais que, em geral são mais frágeis, mas estão mais coladas no cotidiano das pessoas e atuam fazendo pressão sobre os governos locais, participando em espaços de discussão de políticas públicas e mobilizando as pessoas em torno de seus interesses mais imediatos. Todos, entretanto, são movimentos sociais e estão dentro do mesmo campo político: o campo de quem faz política pela transformação do mundo, conquista de direitos e institucionalização de novos direitos.

Na sua forma moderna, o feminismo constituiu-se como parte do campo político dos movimentos sociais de caráter democrático e popular. Surgiu na Revolução Francesa, na luta contra a monarquia e em defesa da república, consolidou-se nos anos 1960 em meio às lutas contestatórias do Maio de 68 na Europa e, na América Latina, atuou contra os regimes ditatoriais nos anos 1970, tendo lutado até os dias de hoje por direitos e pelo reconhecimento das mulheres como sujeito político. Hoje é forte a presença feminista nas lutas anti-neocoloniais e anti-neoliberais e nas lutas por um 'outro mundo', que estão expressas no Fórum Social Mundial.

Potencialmente os movimentos de um mesmo campo político são muito mais fortes juntos. Isso vale também para o feminismo. Por forte que seja, o movimento feminista não pode mudar o mundo sozinho, nenhum movimento pode. Por isto é importante

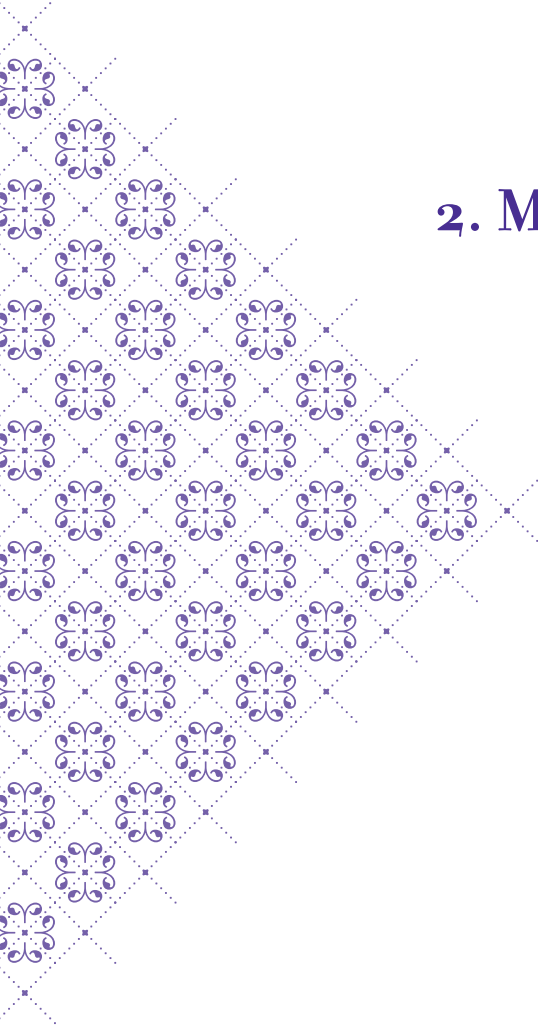
fortalecer o próprio feminismo como movimento autônomo, mas atuar fortalecendo também o campo político dos movimentos sociais que lutam por transformação. Esta forma de atuação enriquece e democratiza as relações entre os movimentos e ajuda a democratizar os próprios movimentos, que passam a ter, cada um, uma visão mais alargada dos problemas sociais, em suas diferentes expressões.

Atuar considerando o campo dos movimentos sociais é também importante porque, no feminismo, a luta por transformação não é pensada como uma luta que culminará no futuro com um momento de força a partir do qual tudo mudará. Cada movimento, com seu projeto, com suas causas, suas lutas e práticas políticas, já está mudando o mundo no dia-a-dia. Para garantir a coerência neste processo de mudanças é preciso que a justiça e a democracia façam parte do cotidiano de

nossas organizações e do cotidiano das relações entre os movimentos sociais. Daí a importância de atuar fortalecendo o campo político dos movimentos sociais e suas relações internas a partir da perspectiva democrática com a qual atuamos no feminismo.

Para refletir e debater

1. Como é a relação entre os movimentos sociais que vocês conhecem? Uns compreendem e apóiam as lutas dos outros? É uma relação democrática? Como podemos demonstrar isso para quem não conhece os movimentos?
2. O que podemos entender quando falamos que os movimentos sociais são parte do campo político que luta pela transformação social? Como podemos ver esta luta em cada movimento que conhecemos nos planos local e nacional?
3. Como podemos trazer outras lutas para o movimento feminista? E como levar as lutas feministas para os outros movimentos?



2. Metodologia de ação feminista

Elementos de um método de ação no feminismo

O feminismo contemporâneo, ou seja o feminismo que surge nos anos sessenta do Século XX e chega aos nossos dias, é um dos movimentos que se enquadram na idéia de ‘novos movimentos sociais’. Pesquisadores/as chamam de ‘novos movimentos sociais’ aqueles movimentos que, surgindo nas últimas décadas do século passado, desenvolveram novas formas de fazer política e chamaram a atenção para temas e problemas até então pouco vistos como questão política: juventude, paz, ecologia, racismo, moradia, saúde, sexismo.

O feminismo, entre os novos movimentos sociais, é aquele que tem o foco permanente de atenção no enfrentamento da dominação e exploração das mulheres pelos homens e pelas instituições sociais, consideradas como instituições patriarcais. Isto significa que, no feminismo, cada problemática

vivida pelas mulheres é lida e interpretada a partir do que esta problemática revela das relações patriarcais e, portanto, das situações de opressão em que vivem as mulheres.

Contudo, este não é único foco de atenção no feminismo. Ou seja, o que vive uma mulher não é explicado apenas pelas relações de gênero do tipo patriarcal – relações de dominação dos homens sobre as mulheres - mas por outras relações sociais que também são de opressão e/ou de exploração, como as relações raciais, inter-étnicas e as relações de classe. As relações sociais, em seu conjunto, configuram um sistema de dominação sobre as mulheres, sistema que varia no tempo e por contextos particulares mas mantém seu eixo na dominação dos homens sobre as mulheres.

Esta forma de entender a situação das mulheres faz com que, na perspectiva

do feminismo, consideremos sempre a dimensão da complexidade da realidade social e dos contextos específicos nos quais vivem as mulheres, ao mesmo tempo que nos exige buscar identificar os elementos comuns da opressão das mulheres em sua diversidade.

Mas além de buscar entender e desvelar a situação vivida pelas mulheres, e talvez por esta razão, o feminismo construiu uma visão própria do que são as mulheres, uma visão que nega inteiramente o pensamento conservador sobre as mulheres. Na tradição da cultura patriarcal nós mulheres somos seres moralmente inferiores, emocionalmente frágeis, intelectualmente incapazes, biologicamente determinadas. Tudo isto o feminismo nega, ao mesmo tempo que afirma que nós mulheres não temos um destino, casar e ser mães, ao contrário, temos o direito a ter projetos de vida próprios, que podem ou não incluir a maternidade e o casamento. Somos e devemos ser

peçoas livres, com direito a ter direitos e com autonomia.

Isso implica que, quando o projeto de vida inclui ser mãe, devemos ter o direito de decidir quando e em quais circunstâncias não podemos ser obrigadas a ser mãe por conta de leis ou de pressão social. Quando o projeto de vida inclui uma vida afetiva e sexual em comum, podemos decidir se queremos concretizar isso com um homem ou com uma outra mulher e de que forma o amor e o sexo é melhor para cada uma de nós.

Esta forma de pensar o que somos nós mulheres faz do feminismo um movimento que tem por princípio a solidariedade entre as mulheres na luta contra a opressão, exploração e dominação comuns a que estamos submetidas, mas leva também o movimento a assumir a luta pelo fim das desigualdades entre as próprias mulheres, como as que são

causadas pelo racismo e pela exploração de classe.

O feminismo é um movimento que tem por prioridade a auto-organização das mulheres para lutar contra sua própria opressão em nome próprio e sob sua própria direção, ou seja, como movimento autônomo. Portanto, esta forma de pensar o que são as mulheres também faz do feminismo um movimento que inclui na sua pauta de objetivos a transformação pessoal de suas militantes, com a busca constante da auto-confiança, da autonomia e da liberdade.

Nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, o feminismo tem como ação importante os grupos de reflexão, também chamados grupos de auto-consciência, momento nos quais as mulheres compartilhavam experiências, refletiam criticamente, e com isso se fortaleciam para as ações do movimento.

Esta metodologia tem como princípios a articulação entre sujeito individual e sujeito coletivo e a análise crítica das experiências, que são elementos fundamentais da constituição do feminismo como movimento social.

O feminismo nasceu provocando conflitos e o conflito tem lugar importante na metodologia de ação do movimento feminista. Historicamente foi e é ainda o enfrentamento dos conflitos o que abre a possibilidade de transformação, sejam conflitos de cada mulher consigo mesma ou nas relações interpessoais e de intimidade, sejam conflitos nas relações sociais mais amplas.

Entretanto, o feminismo propõe, embora nem sempre se realize, o enfrentamento assertivo e generoso das divergências e conflitos, especialmente no campo do próprio movimento, ou seja, entre as mulheres do movimento e seus/suas aliados/as. E reconhece que as

formas de enfrentamento de conflitos na sociedade muitas vezes são impostas aos movimentos sociais a partir de fora, ou seja, que, muitas vezes, em uma luta por direitos, os poderosos impõem aos movimentos situações que exigem contundência na forma de enfrentamento.

Por conta da crítica feminista às velhas formas de fazer política – patriarcais, paternalistas, racistas, excludentes e autoritárias –, o feminismo procura construir uma nova cultura política e valoriza muito a liderança democrática. Em geral, busca o engajamento consciente das mulheres nos processos de luta e nas ações do movimento, de modo que todas sejam sujeitos, ou seja, que nenhuma seja utilizada por outra a favor de interesses desta outra, dentro do movimento ou fora dele.

Valoriza-se também, e muito, os processos, algumas vezes em detrimento dos

resultados práticos: sendo um bom processo já é considerado um bom resultado, do qual muita coisa pode florescer. Processo é o encadeamento de ações de vários tipos para atingirmos um objetivo, sendo que uma ação deve gerar condições para o florescimento da outra.

Por fim, compreendemos a metodologia de ação feminista como estando em processo constante de elaboração e reelaboração, uma prática política em aberto, que sofre as influências dos novos conhecimentos que produzimos, das nossas lutas e das definições ético-políticas majoritárias em cada contexto e em cada organização do movimento.

Considerando a posição de desvantagem nos espaços de poder em que estamos nós mulheres na sociedade patriarcal, no feminismo torna-se fundamental fazer permanentemente uma análise de nossas contradições e vulnerabilidades: o que nos fragiliza, por

onde podemos ser atacadas, que novas ações podemos iniciar para fazer frente às novas circunstâncias, como podemos nos fortalecer a cada momento das lutas.

Para refletir e debater

1. Como vocês avaliam estes elementos metodológicos na prática de sua organização?
2. Na prática política do movimento de mulheres, como estamos levando em conta estas reflexões sobre o modo de fazer política?
3. Como podemos contribuir para que a metodologia de ação no feminismo tenha influência nos outros movimentos sociais?

Feminismo e lutas sociais

Já vimos que aquilo que queremos como utopia não é inteiramente possível nesta sociedade, é preciso transformar muitas situações do cotidiano, transformar formas de pensar e fazer as coisas, transformar formas de organizar a produção dos bens e serviços que necessitamos para viver e transformar formas de organizar as maneiras de conviver. Isto tudo é tarefa também do movimento feminista e para isto fazemos pequenas e grandes ações, a que chamamos de lutas sociais. Algumas são locais e outras internacionais, umas são curtas e outras de longuíssima duração.

As lutas sociais feministas enfrentam as grandes problemáticas da dominação das mulheres no sistema patriarcal, capitalista e racista. O grande desafio da luta feminista é a própria organização das mulheres. Esta é uma luta radical, porque a organização das mulheres contra a opressão a que estamos submetidas é o que mais profundamente fere de morte o sistema de dominação. Sem mulheres organizadas nenhuma outra luta social feminista se fará. Por isto, esta é uma prioridade feminista.

A organização política das mulheres se faz no plano local, onde enfrentamos a cultura política tradicional e onde ocorrem os debates sobre ser ou não relevante e necessário a existência das organizações de mulheres. Mas também se realiza dentro dos outros movimentos sociais, que por tradição não consideram importante a organização das mulheres, uma vez que homens e mulheres que ocupam as direções destes movimentos não reconhecem a opressão e a exploração vividas por nós mulheres, não reconhecem a dominação patriarcal como um problema político coletivo. Isto é um desafio na luta feminista nos movimentos sociais do campo e da cidade.

No contexto da globalização, um novo desafio se coloca na luta por organização política das mulheres: aprofundar o internacionalismo feminista construindo ações coletivas e garantindo uma política de presença na arena pública mundial. Maior desafio ainda é fazer

tudo isto de forma articulada e democrática, ou seja: enfrentar a luta pela organização das mulheres no plano local, nos movimentos sociais nacionais e no campo internacional ao mesmo tempo, sem hierarquizar o que é mais importante e nem separar ação local de ação global.

A luta feminista no mundo do trabalho se dá numa perspectiva de transformação nos processos de exploração de classe e de divisão sexual do trabalho. Uma grande parte desta luta é demonstrar que o mundo do trabalho inclui o trabalho doméstico e as tarefas de cuidado com as crianças, as pessoas idosas, ou com deficiência. O Estado e a sociedade em geral não reconhecem o trabalho doméstico como trabalho. Esta dimensão do trabalho, imposta socialmente a nós mulheres, e que não tem valor social, produz a dupla jornada e é razão de muito stress e adoecimentos entre as mulheres.

Outra parte do esforço da luta feminista é enfrentar as desigualdades no mercado de trabalho, enfrentar os salários desiguais, o assédio sexual, e a desproteção social do trabalho das mulheres, ou seja, a ausência de direitos trabalhistas, de assistência e previdência social.

A situação torna-se ainda mais grave porque a maioria das mulheres está no mercado informal e nos postos mais precários de trabalho formal. Nas periferias das grandes cidades é grande o contingente de mulheres, em sua maioria negras, responsáveis sozinhas pela criação de filhos/as e sustento da casa, vivendo precariamente por meio de pequenas vendas e trabalhos provisórios. Este é um grande desafio para as lutas feministas e para a auto-organização das mulheres. E ele se articula com as lutas contra os projetos de desenvolvimento do capitalismo baseados na exploração e na injustiça socioambiental.

O enfrentamento do racismo é uma questão fundamental para o feminismo. As relações raciais no Brasil foram historicamente uma forma de construir o sistema de dominação no qual vivemos, que teve por base o escravismo e o colonialismo, ambos articulados ao patriarcado capitalista. A organização das mulheres negras como sujeito político é imprescindível para a nossa perspectiva feminista, e é importante também que mulheres não-negras assumam cada vez mais a luta anti-racista como uma forma de construir uma sociedade justa e democrática.

Uma luta feminista de grande evidência hoje em dia no Brasil é, sem dúvida, a luta pelo fim da violência contra as mulheres. Há conquistas e derrotas nesta luta, mas há muito engajamento do movimento de mulheres, muitos parceiros e aliados, muito trabalho social, e muita incidência em políticas públicas, incluindo a criação de novas instituições

e serviços públicos. Esta luta tem sua maior dificuldade no enfrentamento da cultura política patriarcal, que ainda prevalece em todas as classes e gerações e que torna ainda aceitável para muita gente o uso da violência.

beleza, a medicina estética etc. Ou seja, em cima de antigas formas de controle e exploração de corpo e imagem das mulheres, novas formas de exploração se constroem.

Um outro campo das lutas sociais feministas é do campo da sexualidade e da reprodução, que envolve questões como a liberdade sexual, a maternidade livre, o direito de ter e não ter filhos/as, a legalização do aborto, o fim da exploração sexual, entre outras. Este é um campo de muitas polêmicas entre movimentos sociais e a população sem atuação política – e, no qual, muitas regras e normas patriarcais ainda estão vigentes oprimindo as mulheres.

Formas modernas de exploração e controle do corpo das mulheres agravam esta exploração: a propaganda, a indústria internacional de prostituição e exploração sexual, a indústria da

Para refletir e debater

1. Na sua área de atuação, como é a situação de trabalho das mulheres? O que o movimento de mulheres tem feito para enfrentar este problema?
2. Na sua organização, que reflexões vocês fazem sobre a liberdade sexual? Que ações vocês têm feito para trazer esta discussão para mais e mais mulheres?
3. Que conquistas o movimento obteve no enfrentamento à violência contra as mulheres? Como fazer para que estas conquistas cheguem até a vida cotidiana das mulheres?

Luta por direitos e incidência nas políticas públicas

Os movimentos de mulheres vêm dedicando grande parte de suas energias para a atuação sobre as políticas públicas. Esta é uma forma de fazer com que os direitos conquistados em lei possam tornar-se reais. É também uma forma de fazer com que sejam criados serviços públicos de qualidade e permanentes, ou seja, que não deixem de existir com as mudanças de governos, de quatro em quatro anos.

Para conquistar políticas públicas, usamos várias formas de luta: fazemos mobilizações de denúncia e de apresentação de alternativas; participamos de conferências defendendo nossas posições; monitoramos o orçamento desde o momento das decisões até a execução financeira; articulamos apoios nas assembleias legislativas e com os ministérios públicos; fazemos visitas de acompanhamento dos serviços; denunciemos nos meios de comunicação, cobramos a execução das políticas nos conselhos de gestão etc.

Para fazer tudo isso é muito importante que o movimento reserve tempo e espaço para compreender

algumas coisas, como por exemplo, Estado e governo, políticas públicas, orçamento público, mecanismos de controle social etc. Existem muitas publicações sobre estes temas que podem ser estudadas. O que queremos destacar aqui é a necessidade de cada grupo ou movimento refletir sobre os seus processos de luta em torno disso.

Política pública significa um conjunto de objetivos e diretrizes que orientam determinados programas de ação governamental e condicionam sua execução. Políticas públicas podem ser econômicas ou sociais. Embora quando as pessoas falem em política pública pensem somente em política social, as políticas macroeconômicas e os projetos de desenvolvimento também são políticas públicas.

Políticas sociais são as políticas públicas referidas àquelas ações que exercem, pelo menos em tese, um impacto direto sobre o bem-estar das/os cidadãs/ãos.

Em geral, as políticas sociais têm caráter compensatório, compensam a ausência de condições econômicas. A política econômica e de desenvolvimento tem se voltado para a acumulação de capital, ou seja, favorece os setores que já têm alto padrão de renda. Para mudar as condições de vida das mulheres é importante que o movimento organize lutas por mudanças nas políticas econômicas e de desenvolvimento e também lutas por suas propostas para políticas sociais. Do nosso ponto de vista, o sistema econômico não é separado dos demais como algo autônomo, isso quer dizer que as lutas políticas, econômicas e sociais são indissociáveis, ou seja, devem ocorrer conjuntamente.

Os espaços e mecanismos de tomada de decisão e avaliação das políticas sociais estão majoritariamente no âmbito do Estado. Com a Constituição brasileira de 1988, muitas das decisões referentes às políticas sociais tiveram seu processo

de tomada de decisão ampliado para participação de representantes de organizações da sociedade civil: são as conferências e os conselhos de gestão, que são mecanismos da democracia participativa.

Algumas conferências têm caráter deliberativo, outras apenas consultivo e, com os conselhos, acontece o mesmo. Mesmo naquelas áreas em que as conferências e os respectivos conselhos têm legalmente poder para tomar decisões sobre uma dada política pública, muitas vezes o Executivo não garante a decisão tomada. Muitos conselhos funcionam sem ter acesso ao texto da política, aos programas nela inseridos, ao orçamento e ao balanço da execução financeira e das ações previstas. Isso dificulta muito o exercício do controle social sobre as políticas públicas.

Toda esta situação tem levado a uma certa desmobilização do movimento para atuação nestes espaços. E há quem

chegue a colocar em questão a validade da democracia participativa. Parece-nos, entretanto, que, muitas vezes o movimento de mulheres atua nestes espaços com uma baixa compreensão do tamanho do desafio de arrancar do Estado políticas públicas que efetivem direitos – e até mesmo sem trabalhar a necessária mobilização social que daria força às suas propostas nos conselhos.

Para compreender o processo de implementação de uma política social, podemos pensar em uma dinâmica de quatro momentos. Vejamos cada um deles.

Em um primeiro momento, os problemas sociais e/ou direitos são transformados em demanda. Isso acontece por um diagnóstico técnico de um órgão governamental ou por pressão popular. Esta pressão popular pode ocorrer por vários mecanismos, tais como deliberação de conferências, mobilização de rua, opiniões nos meios de comunicação etc.

Aí se dá a primeira decisão política, ou seja, o Executivo define se esta demanda deve ser transformada em política ou não.

A elaboração da política é o segundo momento, quando técnicos governamentais escrevem um documento estabelecendo diretrizes, objetivos, público-alvo e estratégias ou metodologia para implantação da política pública, e elaboram também o seu orçamento. Isto tem desdobramentos em termos de planos, programas ou projetos a serem executados nas diversas unidades de intervenção governamental, no plano federal, estadual e/ou municipal.

Aí ocorre uma segunda decisão política: o Poder Executivo decide o que será feito e quanto em recursos será destinado para a realização desta proposta. É a fase de elaboração do orçamento público. Em algumas cidades

existem experiências de Orçamento Participativo-OP, ou seja, os governos organizam a participação popular para apresentação de propostas para uma pequena parte do orçamento público municipal. Na verdade o Executivo elabora a proposta de orçamento, mas quem decide é o Poder Legislativo, ou seja, é nas Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional que são decididos os Orçamentos Públicos.

A execução das políticas é o terceiro momento. Em geral, as políticas sociais são colocadas em prática através dos serviços públicos com o trabalho dos/as funcionários/as públicos/as. Entretanto, com a perspectiva neoliberal de redução do tamanho do Estado e não efetivação dos direitos, predominou nos últimos tempos, no Brasil, a transferência dos serviços públicos para diversos tipos de organizações privadas, que às vezes são

empresas que fazem serviço terceirizado, fundações que assumem a gestão de órgãos públicos, e também organizações sociais que executam projetos.

É claro que há diferença entre uma organização popular que acessa recurso, através de concorrência pública, com um pequeno projeto de atendimento a uma demanda social na sua localidade e, de outro lado, uma grande organização, que ganha a gestão de um mega-hospital público. Mas o que queremos discutir é que isto se deve ao fato do Estado não assumir o dever de garantir os direitos dos cidadãos e cidadãs através das políticas públicas. O serviço público sendo assumido por organizações privadas dificulta também, ainda mais, o exercício do controle social.

Esta situação exige cada vez mais dos movimentos sociais a capacidade de monitoramento e fiscalização, pois

no momento da execução se dá uma terceira decisão política do Executivo: como o orçamento público brasileiro é autorizativo, é no momento da realização que o Executivo decide se destina realmente a verba que estava orçada ou se a transfere para outra política.

A avaliação da política social, o quarto momento, deveria verificar onde se fez incidência política e garantimos nossas propostas, avaliando se obtivemos resultados, se os objetivos foram atingidos e se os recursos realmente foram gastos com o que estava previsto, como também os impactos produzidos no enfrentamento dos problemas sociais que a determinada política se propôs a resolver.

Para refletir e debater

1. Como nosso grupo ou movimento está atuando nas políticas sociais? Quais políticas priorizamos? Por quê?
2. Em que momentos do processo de construção das políticas sociais nosso movimento concentra suas forças? Temos tido bons resultados com este tipo de atuação?
3. De que forma nos manifestamos publicamente na defesa dos nossos direitos e na exigência de serviços e políticas sociais? Esta forma de manifestação faz com que outros setores percebam nossos interesses e nossos ideais? Nós demonstramos força?

Organizando a ação coletiva

A organização das mulheres para fazer ação coletiva precisa ser em dois planos. Precisamos ser organizadas no plano das idéias e organizadas no plano das atividades. Ou seja, precisamos primeiro saber explicar e defender nossos pontos de vista e propostas, de forma bem elaborada no pensamento e nos argumentos, para sermos bem compreendidas pelas outras mulheres, pelas pessoas que formam opinião pública e pelos governos. E precisamos realizar atividades variadas e bem organizadas para ganhar credibilidade e visibilidade pública, e ter força suficiente para produzir mudanças.

Para sermos bem organizadas temos que ter grupos de mulheres e movimentos fortalecidos. É preciso grande união entre os grupos de mulheres, e no movimento como um todo, em torno do objetivo que se quer alcançar, e também articulação e alianças das mulheres com outros setores dos movimentos sociais. É necessário demonstrar que o movimento é maior do que cada um dos grupos e que tem força de pressão, ou seja, tem bons argumentos e capacidade de mobilizar muita gente.

A ação coletiva, justo por ser coletiva, deve ser planejada, para que todas que nela se engajem possam atuar sob uma mesma orientação política geral, democraticamente construída. Desta forma, além de construir e apontar as possibilidades de ação frente a uma problemática, podemos garantir processos coletivos de tomada de consciência dos problemas e de tomada de decisões. Planejar nos movimentos sociais é mais que fazer coisas organizadamente, é abrir a possibilidade de fazer coisas democraticamente discutidas, refletidas e acordadas.

Para organizar a ação coletiva no movimento de mulheres podemos começar por produzir conhecimento sobre a realidade das mulheres, ou seja, para atuar precisamos conhecer esta realidade. Para isto, é preciso ouvir as mulheres, colher suas histórias e experiências, reconhecer seus pontos de vista e debater muito para formular

conclusões sobre as problemáticas principais que afetam suas vidas em cada contexto.

Passa-se então a construir o problema, ou seja, aprofundar a discussão sobre uma questão em particular. O nosso objetivo é transformar uma questão vista como particular das mulheres de um lugar em um problema público, a ser assumido e enfrentado pela sociedade e pelo Estado. Para isto, é preciso relacionar as análises feitas no debate com as próprias mulheres com o que já foi elaborado antes sobre o problema em pauta: o que dizem outros movimentos? O que dizem estudos e pesquisas? O que pensa o feminismo sobre esta problemática? São questões que temos que colocar em debate com os grupos envolvidos.

Somente quando construímos um problema com toda sua complexidade é que podemos dizer que conhecemos

o suficiente, embora não tudo, deste problema. A partir daí, podemos coletivamente fazer uma projeção de qual processo de mudança é necessário e possível. Para isto, é importante considerar que o problema ocorre a partir da ação de vários sujeitos, portanto não tem uma única causa e origem. Podemos aprofundar a análise considerando como as relações de gênero, de classe e o racismo estruturam este problema. E, além disso, considerar o contexto no qual o problema se insere, ou seja, o espaço-tempo determinado pelas relações sociais que configuram o problema em pauta, naquele lugar e naquele momento. Esta análise nos permite situar o tamanho e natureza das mudanças que desejamos e construir uma proposta de futuro desejável, que possa motivar a luta que estamos construindo.

A avaliação do processo de mudança que é necessário desenvolver é a base a partir da qual fazemos a organização das

ações. É preciso, entretanto, fazer antes uma análise da conjuntura. Neste tipo de análise, vamos identificando os sujeitos políticos coletivos que estão em relação com aquele problema, identificamos o campo político aliado, no qual devemos atuar construindo potenciais acordos, construímos uma visão nítida dos inimigos e adversários, pois sempre há os que não querem mudanças, aqueles que se beneficiam com a situação. Há também aqueles que são indiferentes e se beneficiam mais ou menos, mas não se posicionam espontaneamente, nem contra nem a favor, mas são muito importantes para serem neutralizados na oposição ou para serem atraídos para nossa causa. A análise de conjuntura permite que a gente avalie como estão as forças dos diferentes sujeitos políticos envolvidos na manutenção ou transformação da situação relativa ao problema.

Com base nesta análise da conjuntura, pode-se partir para articulação de

alianças e para estabelecer alguma relação estratégica com os setores indiferentes e adversários. Será preciso planejar, já a partir das alianças, lutas e ações que possam ser relevantes, como uma mobilização em torno de um fato, demonstrando a força viva do movimento. A demonstração da força do movimento pode ser também de forma difusa, através da geração de opinião em outros sujeitos políticos.

Muitas vezes, em especial quando o problema pode se resolver pela via das políticas públicas, será preciso planejar momentos de reivindicar, negociar, enfrentar o debate, propor, articular, convencer, incidir sobre os rumos de uma decisão política frente ao problema em questão.

É necessário atenção para as possibilidades de gerar novas contradições na sociedade, ou seja, revelar e desvelar a natureza contraditória dos problemas, decorrentes das relações sociais de

exploração e dominação, desnaturalizando o que parece ser natural e imutável. Isso faz com que novas pessoas e setores sociais aprofundem a análise crítica sobre a realidade que estamos discutindo.

Por fim, lembramos que no planejamento da ação coletiva é preciso sempre estar atenta para os momentos de checar se o movimento atingiu resultados em torno de conquistas de direitos, frente a que circunstâncias, se ampliou o seu poder e, ainda, se fortaleceu o campo político de alianças. Este é o momento de avaliarmos coletivamente as nossas ações.

Aqui resumimos estes elementos apresentados em 14 dicas para organização da ação coletiva nos movimentos de mulheres.

1. Deliberação política: assumir o problema que deve ser enfrentado nesta conjuntura;
2. Entender o problema: o que é, como se expressa, o que causa este problema,

que conseqüências ele traz para as mulheres, para a população negra e para o conjunto das pessoas;

3. Planejar o processo de luta social (com abertura para mudanças no momento da realização do plano);

4. Mapear e construir alianças em torno da questão e de elementos do processo planejado, com participação ampla de interessados/as, com respeito às diferenças de modo de pensar e de agir, e buscando gerar consensos mínimos que possibilitem a unidade, articulando os diferentes interesses dos sujeitos envolvidos;

5. Realizar encontros do movimento e/ou em conjunto com aliados para fundamentar a análise do problema, elaborar as propostas de superação e planejar como construir mobilização social em torno do enfrentamento do problema;

6. Buscar organizar diversos e diferentes grupos de apoio ao enfrentamento do problema. Este grupos ou comissões podem assumir partes importantes do processo de luta;

7. Realizar pequenas lutas, locais ou parciais, que demonstrem a quem está participando do processo as possibilidades de vitória sobre aspectos do problema;

8. Favorecer a circulação ampla de informações e a articulação política entre os diferentes grupos que realizam lutas locais ou parciais, ou entre as diferentes comissões, de forma a dar visibilidade e ampliar o poder do movimento;

9. Definir coletivamente e reservadamente no movimento como lidar com as alianças, com as peculiaridades e interesses em questão;

10. Decidir coletivamente, com os movimentos aliados, as formas de lutas,

as estratégias frente aos indiferentes e aos adversários, e cumprir as decisões;

11. Explorar diversas possibilidades estratégicas para aumentar o poder do movimento: apoios qualificadores, ação difusora, pressão sobre o Executivo, articulação e pressão sobre Legislativo, ação direta, mobilizações com assinaturas, passeatas, ocupações etc.;

12. Não abandonar quem esmorecer no meio do processo, manter a circulação de informações e a mobilização direcionada aos diferentes tipos de participantes;

13. Manter a visão de movimentação social como processo sistemático, percebendo a diferença entre momentos organizativos (reuniões de decisão, encontros amplos, preparação...), momentos de pique (manifestações, passeatas, ação direta...) e momentos nos quais a mobilização se esvai restando apenas algumas pessoas que

avaliam, refletem e seguem mantendo a organização viva.

14. Em alguns momentos de um processo de luta é necessário concentrar esforços em refletir sobre o caminho percorrido, sistematizar o processo, aprofundar o conhecimento sobre o problema, analisar política e teoricamente o movimento que estamos realizando, para podermos aprender com as nossas próprias experiências e alimentar com isso a construção do feminismo.

Para refletir e debater

1. Nós planejamos as ações em conjunto na nossa organização? E no movimento de mulheres no qual participamos, como as ações são planejadas?
2. Garantimos fazer as coisas da forma que decidimos coletivamente?
3. Avaliamos o que deu certo ou não, procurando entender o porquê?
4. Refletimos sobre os processos de luta para aprendermos com nossas próprias experiências?

Trabalho social com mulheres

O trabalho social com mulheres existe há muito tempo. Mas foi diferente no passado, quando era conduzido por 'damas' da classe proprietária e da classe média de renda alta para 'mulheres pobres'. Para as 'senhoras da sociedade', este era, muitas vezes, o único lugar de ação pública que era aceito na sociedade patriarcal, que ao mesmo tempo excluía estas mulheres da política e as confinava ao espaço doméstico. A presença pública das mulheres só era aceita na classe trabalhadora, ou seja, como escravas ou trabalhadoras domésticas, operárias nas fábricas, trabalhadoras no comércio de rua, agricultoras ou 'bóias frias' e, ainda, as prostitutas. Mulheres ricas no espaço público somente eram aceitas para substituir o marido ou pai, em alguma situação extraordinária, como morte, invalidez permanente ou viagem prolongada.

Este tipo de trabalho, assistencialista, é de natureza conservadora e não promove a cidadania das mulheres, nem das que ajudam nem das que recebem a ajuda. O movimento de mulheres e outros movimentos sociais fazem uma forte crítica ao assistencialismo a partir das lutas por direitos.

Daí passou-se a discutir a assistência social como uma política pública para universalizar o atendimento às demandas sociais. A perspectiva de direitos no serviço social evoluiu com o tempo e por conta de muita luta política movida pelas pessoas e organizações que realizam este trabalho.

O movimento de mulheres, e também o feminismo, em especial na América Latina, não faz apenas luta política. Várias organizações realizam também trabalho social, mas procurando não fazê-lo numa perspectiva assistencialista. Por trabalho social, hoje, estamos nos referindo a todo o trabalho que realizamos com as mulheres no cotidiano de nossas organizações e que estão orientados para apoiá-las em alguns dos problemas que enfrentam no seu dia-a-dia. São exemplos os grupos de produção coletiva, grupos de auto-ajuda, serviços de acolhimento e atendimento a vítimas de violência,

ações de saúde preventiva, cursos de alfabetização e profissionalizantes para as mulheres, serviços e campanhas de orientação para tirada de documentos civis, serviços de distribuição de métodos contraceptivos e tantos outros.

O trabalho social com mulheres que é feito na perspectiva do feminismo possui alguns elementos que valem aqui ser destacados. Este trabalho é realizado como uma oportunidade de reflexão das mulheres e de tomada de consciência sobre sua situação de opressão e exploração. Ou seja, para o feminismo é absolutamente necessário associar ao trabalho social a reflexão crítica sobre a realidade e sobre os direitos que as mulheres não têm na prática.

Os benefícios, frutos do trabalho social com mulheres, são objeto de reflexão também, de modo a serem percebidos como direitos, associando as conquistas às lutas por direitos. Portanto, o trabalho

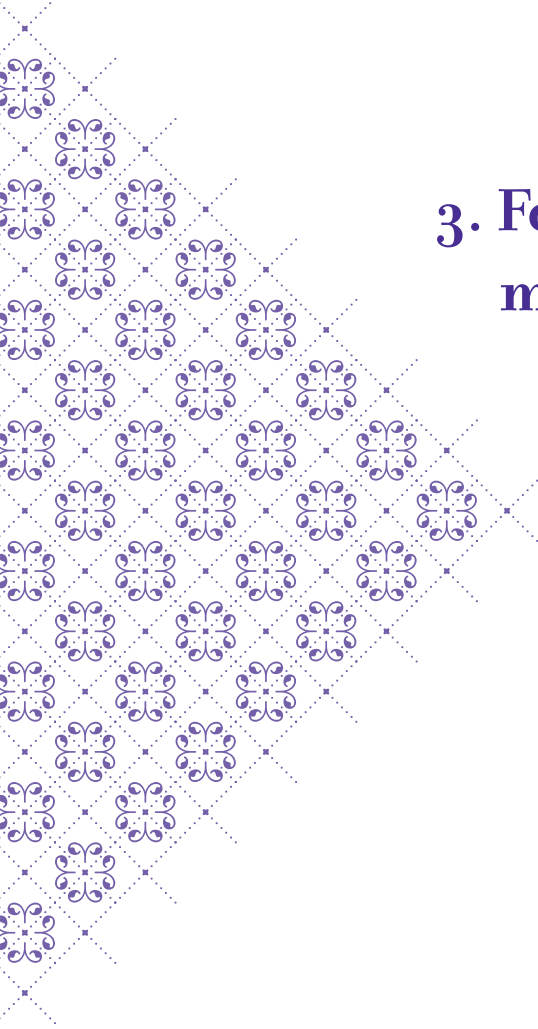
social orienta-se para contribuir com a formação política das participantes, tanto no que se refere à compreensão de como se produzem as injustiças quanto na elaboração sobre como lutar para mudar situações injustas.

decisão de cada mulher, pode gerar um engajamento político na ação militante.

O trabalho social com mulheres não é pensado como um mero instrumento para arrebanhar novas militantes para o movimento. Ele tem seu valor em si mesmo, é um espaço de solidariedade para apoiar as mulheres nos enfrentamentos individuais de suas vidas, tanto no sentido subjetivo como material. É necessário ter método e cuidados próprios para uma boa qualidade do trabalho social. Quanto melhor a qualidade, maiores as chances deste trabalho abrir portas para novos engajamentos políticos das mulheres, mas isto como uma decisão autônoma de cada mulher participante. O trabalho social na perspectiva feminista contribui para consciência crítica que, por

Para refletir e debater

1. Na sua organização, vocês fazem trabalho social com mulheres? Como vocês avaliam este trabalho? Que resultados ele dá?
2. Para vocês, como o conjunto das organizações do movimento de mulheres vem realizando trabalho social? Esta prática tem contribuído para ampliar as nossas lutas?
3. O que sua organização pensa sobre fazer trabalho social com mulheres e sobre organizar lutas feministas?



3. Feminismo nas organizações do movimento de mulheres

A força da organização

Já vimos que a organização é uma dimensão fundamental da constituição dos movimentos sociais e, portanto, do feminismo e do movimento de mulheres. Quanto maior a organização, mais os movimentos sociais agregam militantes, mobilizam mais recursos financeiros e materiais, aprofundam e aprimoram sua capacidade de comunicação, crescem em visibilidade e seu poder de atuação é redobrado. Movimento organizado é movimento forte.

Contudo, nem toda forma de organização fortalece os movimentos sociais. Existem problemas nos movimentos que acontecem por opções políticas de caráter organizativo, ou seja, de acordo com o modo de organização que os movimentos adotam eles podem se fortalecer mais ou se enfraquecer, e até desaparecer.

A organização pode, às vezes, e freqüentemente acontece, burocratizar um movimento levando

ao desaparecimento de sua força transformadora. Um movimento fica burocratizado quando ele atua por rotina, perde a capacidade de inovação na forma de atuar e na forma de leitura que faz da realidade. Neste caso, o movimento quase sempre passa a existir principalmente para manter a si mesmo, ou seja, orienta suas ações para continuar existindo, como mera rotina de trabalho, e com isso perde de vista seus ideais, princípios, valores e esquece até a causa pela qual foi criado.

ninguém mais acredita que seja capaz de mobilizar, de obter vitórias.

Tornar-se burocrático é se enfraquecer. Um movimento se enfraquece quando o seu projeto político perde força entre a militância; quando há cooptação das lideranças do movimento pelos governos, empresas e outros agentes; quando ocorrem muitos conflitos não enfrentados adequadamente, que geram divisões internas; ou quando ele deixa de ser crítico e criativo e passa a fazer sempre as mesmas coisas e

Para refletir e debater

1. Como são os movimentos que você conhece? Algum deles já foi muito forte e depois enfraqueceu? Por que isso aconteceu?
2. Que lições o movimento de mulheres pode aprender com os problemas de outros movimentos sociais?
3. Temos riscos de burocratização ou de enfraquecimento no nosso movimento? Como podemos evitar isso?

Identidade e princípios organizativos no feminismo

Todo movimento social tem uma causa, suas idéias principais e sua forma de demonstrar suas posições, como, por exemplo, o jeito de fazer manifestação de rua, o modo como se reúne, como congrega pessoas novas, a maneira de divulgar suas idéias, como desenvolve a formação de sua militância etc. O uso das cores é um bom exemplo do modo diferente como cada movimento faz as coisas. No movimento sindical da CUT e no MST é o vermelho que prevalece; o movimento LGBT usa o arco-íris, o pessoal do movimento ecológico está sempre usando verde nos seus materiais; para o feminismo é o lilás.

Mas nem só de cores se faz a estética dos movimentos sociais. A nossa forma de fazer as coisas demonstra quem somos, o que a gente pensa e que princípios e valores alimentam os nossos ideais. No feminismo, a criatividade e a diversidade de formas é parte fundamental de sua ética, de sua estética e de sua identidade política.

Entre os princípios que orientam as organizações feministas destacamos dois: o princípio da autonomia e o princípio da horizontalidade.

Nos movimentos há diferentes formas de pensar autonomia. Às vezes autonomia é tomada como voluntarismo, ou seja, cada uma pode e faz o que tem vontade. Neste caso, o fazer do movimento resume-se a um ato de vontade, sem considerar as circunstâncias. Esta concepção distorcida de autonomia pode levar a propostas de atuação fora de contexto, sem possibilidades de permanência no longo prazo e com alto risco de insucesso.

Outras vezes, autonomia é tratada no movimento como ausência de qualquer relação, como atuação independente dos outros, definida apenas considerando suas próprias forças e limites e seus pontos de vista, sem pensar nas repercussões de sua ação no campo político dos que lutam também por transformações, ainda que com outras prioridades. Neste caso, o movimento pode ficar isolado numa luta, com poucos parceiros ou mesmo nenhum.

Na nossa perspectiva feminista, o conceito de autonomia das mulheres está relacionado com o poder; poder de tomar decisões frente às circunstâncias e contingências, com base na reflexão sobre seu projeto político. É um conceito relacional. Isso significa que as mulheres, como sujeito político, consideram as relações sociais nas quais estão inscritas, refletem e decidem por si mesmas como atuar nestas relações.

A autonomia é um princípio na forma de organização do movimento, isto é, o grupo ou movimento decide autonomamente o seu caminho, e não alguém, de dentro ou de fora do movimento, decide por ele. Mas decide considerando a conjuntura, as circunstâncias e contingências das relações sociais e políticas do momento, assumindo os riscos e desdobramentos de suas próprias decisões. O princípio feminista é sempre estimular e preservar a autonomia das mulheres e do

próprio movimento de mulheres. No sentido organizativo do movimento, a autonomia das mulheres é um objetivo e uma pauta de luta.

Enfim, para o feminismo, a conquista da autonomia pelas mulheres é um objetivo e ao mesmo tempo uma condição para o fortalecimento do próprio movimento. A autonomia do movimento, por outro lado, não é um objetivo, é um princípio a partir do qual se faz a auto-organização das mulheres, sem tutelas, e a partir do qual as mulheres organizadas poderão estabelecer, ou não, relações com outros sujeitos e instituições políticas: outros movimentos sociais, governos, partidos políticos, entre outras.

Autonomia é o princípio pelo qual se torna possível ao movimento de mulheres decidir sobre quando e com quem estabelecer relações políticas, sejam elas de colaboração, aliança ou confronto,

mas sempre considerando os interesses, convicções e projetos pelos quais o movimento se orienta coletivamente.

Quanto ao princípio da horizontalidade, este é assumido pelo feminismo em contraposição ao modelo hierárquico e vertical que prevalece em muitas formas de organização política, com relações de poder estabelecidas de forma centralizada e decisões impostas de cima para baixo.

A horizontalidade no feminismo faz com que todas as mulheres e organizações que dele se sentem parte possam atuar com legitimidade no movimento, sem precisar ser autorizadas por ninguém. A horizontalidade é o princípio que levou, por exemplo, o feminismo a atuar na forma de rede, sem ter um centro de poder que o dirija.

O princípio da horizontalidade já foi, entretanto, muito criticado no feminismo, especialmente porque tem a possibilidade

de falsear a real desigualdade de poder que existe entre as mulheres dentro das organizações e no movimento mesmo. Fazemos movimento de mulheres numa sociedade desigual, e por isto estamos, nós mulheres, em situação de desigualdade umas frente às outras. Enfrentamos desigualdades derivadas das relações sociais de classe e as desigualdades decorrentes do racismo e do etnocentrismo, heranças da colonização, além de desigualdades relativas à forma de lidar com o conhecimento, com a estrutura das organizações, entre outras.

A partir desta crítica, parte do movimento colocou em questão este princípio, enquanto outra parte mantém-se fiel a ele, mas tomando-o como proposição utópica, ou seja, que deve ser buscada sempre, embora dificilmente seja alcançada plenamente. Com base no princípio da horizontalidade, atuamos para garantir o máximo de igualdade entre as mulheres no movimento,

mesmo que estejamos numa situação de desigualdade real na sociedade.

Assim, a horizontalidade permanece como um princípio que orienta o movimento sobre como devem ser vivenciadas as relações de poder entre as mulheres. É com base nele que propomos a negação de relações hierárquicas e queremos construir organizações cada vez mais democráticas.

Para isso nos organizamos no sentido de atuar na forma democrática, que se materializa em redes, fóruns ou articulações, nas quais estabelecemos instâncias coletivas de direção, temos formas participativas de tomada de decisão, trabalhamos a formação de consensos para realizar ações, defendemos o direito de minoria e buscamos sempre refletir sobre nossas organizações e nossas formas de luta para aprofundar a construção da democracia no cotidiano do nosso movimento.

Para refletir e debater

1. A sua organização atua politicamente influenciando para que o movimento feminista como um todo se organize de forma autônoma? Por que?
2. A sua organização ou movimento adota o princípio da horizontalidade? Como isso pode ser demonstrado? Dê exemplos da aplicação deste município no cotidiano da organização.
3. Que outros aspectos vêm a sua mente quando falamos sobre estas idéias de autonomia e horizontalidade?

Vida interna nas organizações de mulheres

O modo como nos organizamos revelam as nossas idéias para o mundo. Se queremos democracia na sociedade, precisamos nos organizar internamente de forma democrática. Isso exige reflexão sobre a estrutura e o funcionamento dos grupos e das articulações que fazem o movimento de mulheres, sobre o significado de trabalhar sem hierarquia, sobre como pensamos em representatividade, formação política, finanças, comunicação, memória, entre outras coisas.

A vida cotidiana dos coletivos de mulheres pode anunciar a nova sociedade que estamos construindo, mas para isso temos que enfrentar, em nós mesmas, e nos grupos, o peso de nossa cultura política fortemente marcada pelo autoritarismo, pelo centralismo, e pelo 'jeitinho brasileiro'.

Várias organizações e fóruns elegem coordenadoras que representam o conjunto das participantes e, ao mesmo tempo, as mobilizam para a ação. Os grupos de mulheres possuem coordenações, às vezes chamadas

de diretoria. Algumas organizações utilizam a nomeação tradicional de cargos para compor as suas diretorias (presidente, secretária, tesoureira...), mas há aquelas que tentam mudar esta estrutura de funcionamento e adotam as coordenações com ou sem cargos pré-estabelecidos, na forma de coletivos. Algumas vêem a coordenação como um colegiado que decide democraticamente, enquanto outras apenas trocaram a nomenclatura, mas continuam num regime presidencialista, onde uma pessoa tem um poder acima das outras. Em alguns casos, as coordenações tentam uma alternância de poder e não conseguem encontrar interessadas; em muitos outros, há uma luta das pessoas que ocupam as coordenações para permanecer neste espaço de poder.

São comuns as crises ou conflitos internos nos grupos que parecem ter a ver com a difícil convivência de pessoas com visões de mundo diferentes, sem

espaços internos de debate e negociação. Em alguns casos, os conflitos internos devem-se a posições políticas diferenciadas sobre as questões em pauta no interior destas organizações. Em outros, são devidos a dificuldades organizativas, ausência de planejamento coletivo das ações, carência de formação básica que possibilite a elaboração coletiva, ou pelo menos o mesmo grau de compreensão das questões.

A gente tem a tendência a achar que conflito é ruim, mas muitas vezes ele é necessário, os conflitos fazem parte da vida e dos processos democráticos. Às vezes o consenso pode ser muito mais fruto da ausência de debates sobre os diferentes posicionamentos do que resultado de uma verdadeira unidade na ação. Os conflitos causados por divergências internas não implicam, necessariamente, no não funcionamento ou ausência de resultados das ações daquele movimento. A questão

central é como criar espaços nos quais os conflitos sejam explicitados sem medos, onde possamos debater de forma assertiva e generosa, e chegar a conclusões que, se não puderem ser consensuais, sejam a posição amplamente majoritária do grupo.

Não podemos esquecer que também existem problemas internos motivados por desavenças pessoais, antipatias e coisas similares, mas não nos parece que este seja o principal motivo de crises nos movimentos sociais.

Alguns grupos e movimentos possuem recursos financeiros advindos de projetos com agências financiadoras ou convênios com órgãos públicos que contribuem para áreas de atuação específica. Outros arrecadam recursos através de campanhas, contribuição das participantes e apoio de outras organizações, tais como ONGs, sindicatos, gabinetes parlamentares.

Os equipamentos dos grupos e movimentos de mulheres são muito simples e poucos: alguns possuem sede alugada ou funcionam agregados em outra organização, outras não têm sede e nem mesmo computador. Apesar dos fóruns do movimento perceberem que isto é um problema, os recursos arrecadados não permitem fazer diferente. O movimento de mulheres atua com estrutura precária e na maioria das vezes com base na militância, sem poder remunerar lideranças que precisem dedicar um tempo maior à organização e às lutas, como fazem outros movimentos sociais.

Em todos os movimentos há os momentos altos e os momentos baixos. Momentos em que estamos muito visíveis e com muita força, e outros em que seguimos com pequenas reuniões e temos grandes dificuldades para nos mobilizar. Estes momentos de baixa são ótimas ocasiões para repensar a prática e reorganizar a ação.

Os grupos e movimentos de mulheres organizam a sua ação, mas na grande maioria parece que planejamento resume-se a listar as atividades que serão desenvolvidas e marcar as datas. Planejar exige análise da situação das mulheres, a elaboração de objetivos e passos para atingi-los, a discussão sobre relações com outras instituições com as quais se quer fazer parceria e aliança, o debate sobre que lutas serão assumidas por aquele grupo e com que perspectiva. A ausência deste tipo de debate faz com que, muitas vezes, os grupos e articulações organizem apenas listas de atividades sem saber onde querem chegar, como também cheguem a fazer parcerias e alianças sem analisar com precisão as razões e com quem estão se juntando.

Para refletir e debater

1. Como definimos nossos temas e ações nos bairros e municípios? É de forma coletiva, com o grupo todo, ou existe sempre uma pessoa ou um grupinho que decide tudo e outras seguem atrás?
2. Como é a participação de nosso grupo nas ações maiores do movimento de mulheres? Todas participam ou vai só uma representante e é sempre a mesma?
3. Será que nós nos sentimos responsáveis pelas ações coletivas do movimento como um todo ou vamos lá ‘participar’? Somos apenas participantes ou estamos construindo juntas?
4. Que rumo está tomando o movimento feminista? Como interferimos neste rumo?

Formação no movimento de mulheres

Os movimentos possuem uma força pedagógica em si. Ao participarem de um processo organizativo e de mobilização social, as pessoas aprendem a analisar a realidade, a formular propostas, a negociar, além de realizar atividades práticas para viabilizar seus objetivos (redigir, pintar faixas, dar entrevistas, ligar aparelhagens de som...). Neste processo, as pessoas se formam, tanto no sentido positivo – de adquirirem novos conhecimentos, desenvolverem habilidades, consolidarem valores –, como no sentido negativo – aprendem os vícios de análise e de postura predominantes nos processos políticos dos movimentos.

Por isto os movimentos precisam ter uma ação de formação política de suas integrantes. Ainda é um sonho para a maioria dos grupos e movimentos de mulheres a realização de atividades de formação organizadas e sistemáticas com objetivos estabelecidos e com processos pedagógicos desenhados com vistas ao fortalecimento do movimento. A situação de crise financeira e o pouco debate sobre a necessidade e os meios para a formação dificultam uma ação contínua nesta área.

É freqüente encontrarmos ações educativas com mulheres bastante participativas, mas fechadas em um tema específico, sem a perspectiva de formação política para ação coletiva, ou seja, com pouca análise crítica sobre os problemas, sem discussão sobre a conjuntura e o contexto dos movimentos, e, muitas vezes, sem subsídios para organização das lutas feministas.

Também temos atividades educativas esporádicas e vinculadas a um objetivo do momento, como a preparação para participação em um seminário ou congresso, ou a capacitação técnica que é exigida por um novo projeto de geração de renda, para desenvolvimento de uma habilidade específica etc.

Esta forma de conduzir as atividades educativas, embora possam ser importantes individualmente para as mulheres que delas participam, não consolidam um processo, que ajude a fortalecer a

organização do movimento de mulheres, a construir seu projeto político e a ampliar a capacidade do movimento de refletir sobre si mesmo, elaborar e atuar sobre os problemas das mulheres.

Para refletir e debater:

1. Nos nossos grupos temos permanentemente momentos de reflexão sobre nossas vidas como mulheres ou só fazemos isso quando vem alguém de fora para ‘dar’ uma oficina?
2. Nas nossas atividades fazemos algum ‘trabalho de corpo’, procuramos nos conhecer e nos perceber como mulheres, com as cicatrizes impostas pela opressão... ou nunca pensamos nisso?
3. Queremos trazer mais mulheres para nosso grupo? Como convidamos para reuniões e encontros? Como recebemos as pessoas novas? Como fazemos dos

encontros momentos mais agregadores e que incentivem a permanência das mulheres no movimento?

4. Realizamos atividades de formação no grupo?
Como elas acontecem e em que elas têm ajudado o nosso grupo a organizar e participar das lutas feministas?
5. Participamos de atividades de formação realizadas por outras organizações do movimento? Como garantimos uma participação qualificada do nosso grupo? Como trazemos de volta para o grupo aquilo que aprendemos lá?

❖ { Idéias para ajudar a pensar } ❖

COLLIN, F. Textualidade da libertação, liberdade de texto. In: Estudos Feministas, número especial, Rio de Janeiro, CIEC – Escola de Comunicação, UFRJ, out 1994.

"O movimento de liberação das mulheres - o feminismo - é um texto que se desenvolve, não uma tese. É uma linha melódica, não uma marcha militar. É uma inspiração, a inspiração de um sopro. O feminismo se respira mais do que se enuncia. De tanto dar o último suspiro, ele renasce". **Françoise Collin**

CAMURÇA, S. 'Nós mulheres' e nossa experiência comum. In: Cadernos de Crítica Feminista, ano 1, n 0, dez. 2007. Recife, SOS Corpo, 2007.

"O desafio é articular a reflexão sobre a experiência singular de cada mulher com a experiência historicizada das mulheres em conjunto e na diversidade. Isso permite concretizar reflexões sobre a forma como as desigualdades de classe e o racismo se articulam, através das relações de gênero, e como as desigualdades de gênero são construídas dentro e através da racialização da população e das diferenças de classe". **Silvia Camurça**

OLIVEIRA, Guacira César. Palestra nos Diálogos Feministas, VII Fórum Social Mundial, Nairóbi, Quênia, África, janeiro 2007. Publicado em www.articulacaodemulheres.org.br, acesso em 07 de outubro de 2009.

"O desafio de transformar o mundo enquanto nos transformamos a nós mesmas implica, além de desenvolver estratégias políticas para o fortalecimento do próprio movimento, em também ter estratégias para estar junto a outros movimentos sociais. Porque esta articulação pode construir uma arena política mais vigorosa. Mas, para isso, é preciso batalhar contra as hierarquias que se estabelecem entre as lutas dentro dos espaços dos movimentos sociais. Um dos desafios do feminismo, por isso mesmo, é fortalecer os seus princípios para não se diluir. É preservar a sua autonomia política e ser capaz de se movimentar no contexto da crise com o sentido e pelos caminhos que a análise feminista conduz". **Guacira César de Oliveira**

"Se não for alimentada pela consciência vivida, quase carnal, da realidade da opressão, a luta política torna-se um combate filantrópico. Quando as mulheres se tornam filantropas de si mesmas, não se lembram ou querem esquecer que elas são as humilhadas e as ofendidas por aquilo de que falam, a força não está mais com elas. Conservar, reencontrar as fontes dessa força representa também um dos desafios do novo século para o movimento feminista. E para todos os movimentos de oprimidos". **Christine Delphy**

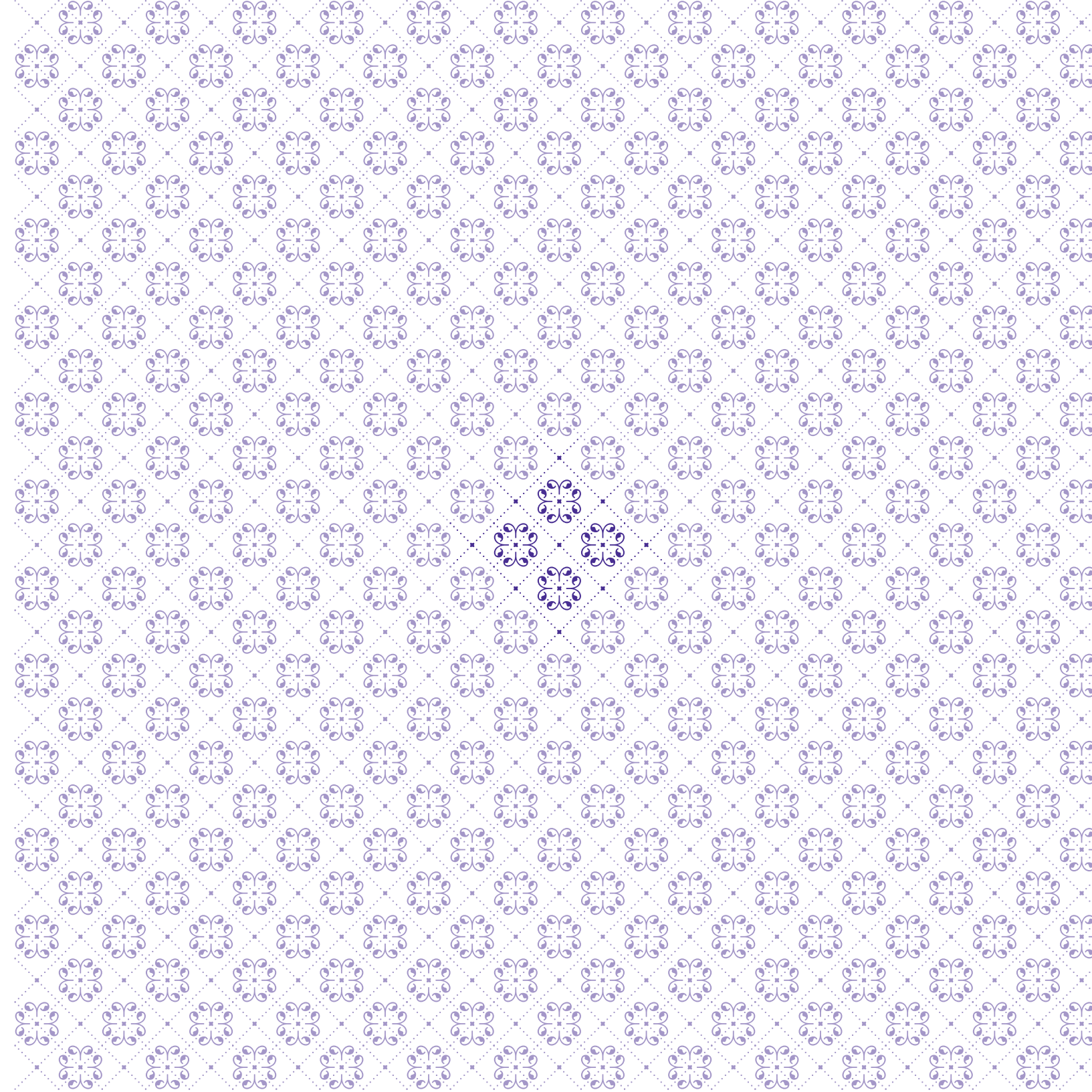
DELPHY, C. Para redescobrir o feminismo. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2004-05, a922>. Acesso 20 de julho, 2009.

"Esta articulação permanente das exclusões de gênero e raça determinadas pelas práticas sexistas e racistas constitui um dos pré-requisitos fundamentais para selar uma perspectiva de luta comum entre mulheres negras e brancas no contexto da luta feminista". **Sueli Carneiro**

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. In: Estudos Avançados, 17(49), 2003. São Paulo, 2003.

"A capacidade de enfrentar as diferenças e os conflitos, democraticamente, por meio do diálogo, é um desafio para organização do feminismo. Negar o conflito só fragiliza a luta e diminui a capacidade de organizar uma resistência coletiva. A democracia política radical exige uma nova cultura política. É preciso repensar os métodos feministas utilizados para construir autonomia, relações não hierárquicas dentro do movimento e também em relação a outros movimentos, reafirmando sempre a pluralidade dos sujeitos". **Maria Betânia Ávila**

ÁVILA, M.B. Radicalização do feminismo, radicalização da democracia. In: Cadernos de Crítica Feminista, ano 1, n 0, dez. 2007. Recife, SOS Corpo, 2007.





*O projeto gráfico deste livro foi
projetado nas fontes: Filosofia,
projetada por Zuzana Licko
para Emigre e a Myriad Pro
desenvolvida para Adobe. O papel
da capa é o Supremo DuoDesign
270 g/m² e no miolo Offset 90 g/
m². As impressões e encadernação
ficaram a cargo da Gráfica
Provisual na primavera de 2010.*

ISBN 978-85-89165-24-2



9 788589 165242

APOIO



União Europeia



Oxfam Novib

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro da União Europeia.

Os conteúdos expressos são de responsabilidade do SOS CORPO e não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.